

A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE APOIO/MONITOR NA REDE PRIVADA DE ENSINO

*Manoela da Fonseca
Fabiane Romano de Souza Bridi*

Resumo

O presente estudo versa sobre a atuação do profissional de apoio/monitor no contexto das políticas de inclusão escolar. Apresenta resultados preliminares da investigação que tem como objetivo conhecer como ocorre a atuação do profissional de apoio/monitor no contexto de uma escola da rede privada de ensino do município de Santa Maria/RS. O percurso investigativo caracteriza-se pelo pensamento sistêmico e segue a abordagem metodológica na perspectiva da bricolagem. Uma aproximação analítica com as políticas públicas de inclusão escolar a partir do referencial teórico proposto por Maturana (2009); Maturana e Varella (2011) permitiu uma breve caracterização da atuação do profissional de apoio/monitor previsto nos documentos legais. Foram abordados com os sujeitos da pesquisa, através de entrevista semiestruturada, aspectos como conhecimento da legislação e compreensão sobre sua função no contexto escolar. Como resultados preliminares verificou-se que o que está previsto legalmente como função do profissional de apoio/monitor não é critério para contratação do mesmo; estes profissionais assumem responsabilidades pedagógicas; parte destes profissionais estão vinculados ao campo da educação especial, indicando o risco de deslocamento da ação do professor da educação especial.

Palavras-Chave: Educação Especial. Inclusão Escolar. Profissional de Apoio.

A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE APOIO/MONITOR NA REDE PRIVADA DE ENSINO

Introdução

O presente trabalho tem como propósito apresentar dados da pesquisa produzida no Mestrado em Educação em que tem como foco a atuação do profissional de apoio/monitor¹ no contexto da inclusão escolar. A pesquisa surge diante do significativo número de profissionais de apoio/monitores no contexto das escolas e dos possíveis efeitos na configuração das práticas pedagógicas e dos processos de aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial.

A pesquisa problematiza a atuação do profissional de apoio/monitor no contexto da rede privada de Ensino do município de Santa Maria/RS. Essa temática é pouco discutida no âmbito acadêmico, o que foi verificado através da elaboração de um mapa referente à produção acadêmica a partir de 2008. Este ano foi escolhido em virtude da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva (2008), documento norteador para uma educação inclusiva e que provoca distintos efeitos nas configurações das redes de ensinos e em suas práticas pedagógicas. Constatou-se que existe uma ausência de publicações no que se refere ao profissional de apoio/monitor e acredita-se que se deva a recente previsão desse profissional em âmbito legal dentro do espaço escolar.

A questão norteadora refere-se a: **Como se caracteriza a atuação do profissional de apoio/monitor em uma escola da rede particular de ensino no município de Santa Maria?** O objetivo da pesquisa é investigar como ocorre a atuação do profissional de apoio/monitor, buscando conhecer quem são estes profissionais, quais as funções que exercem dentro do contexto escolar e como compreendem a sua atuação dentro desse espaço.

Metodologia

¹ No decorrer deste trabalho é utilizado o termo profissional de apoio/monitor devido à nomenclatura monitor/tutor ser utilizado no contexto das escolas da rede privada de ensino para referenciar o profissional que atua em sala de aula com alunos em situação de inclusão escolar.

O pensamento sistêmico versa sobre uma abordagem que abarca o desenvolvimento humano a partir da complexidade. O pesquisador sistêmico pondera o contexto e as relações que se estabelecem entre meio e sujeito, não tendo apenas o indivíduo como foco de ser olhar. Vasconcelos (2013, p. 147) pondera que “pensar sistemicamente é pensar a complexidade, a instabilidade e a intersubjetividade”. Ao pensar na atuação do profissional de apoio/monitor, é necessário ampliar o foco de observação, sendo uma tarefa desafiadora ao observarmos a complexidade desta discussão no contexto educacional.

Pellanda (2009, p. 14) anuncia que “usamos o termo complexidade no sentido da não simplificação da realidade, mas pensando em termos de redes onde as diferentes dimensões da realidade se tecem de maneira conjunta e processual”. Essas redes são tecidas em momentos distintos e descritas na pesquisa como partes dos movimentos de aproximação.

Esse estudo desenvolve-se com base na abordagem metodológica da bricolagem. A bricolagem vem sendo compreendida como “o processo de emprego dessas estratégias metodológicas à medida que são necessárias no desenrolar do contexto da situação de pesquisa” (KINCHELOE, 2009, p. 15). Neste contexto destaca-se as relações estabelecidas entre “as formas de ver de um pesquisador e o lugar social de sua história pessoal” (KINCHELOE, 2009, p. 16), o que é passível de identificação com todo o percurso vivenciado pela pesquisadora e pelo grupo de pesquisa.

Considerando a pesquisa como um ato movido a poder, o pesquisador, enquanto *bricoleur*², abandona a busca de algum conceito ingênuo de realismo, concentrando-se em lugar disso, na elucidação de sua posição da teia de realidade e nos lugares sociais de outros pesquisadores e nas formas como moldam a produção e a interpretação do conhecimento. (KINCHELOE, 2009, p. 16.).

Entende-se que a bricolagem não apresenta métodos e procedimentos *a priori*, porém, isso não significa falta de rigor metodológico, pois “não há métodos ou procedimentos para construir conhecimento por meio da bricolagem como pesquisa” (BERRY, 2007, p.123). Participa-se e assume-se a responsabilidade pelos delineamentos do processo investigativo, reconhecendo uma dimensão subjetiva na construção da realidade.

A atuação do profissional de apoio/monitor é pensada a partir das diretrizes que orientam e configuram uma prática inclusiva. “A razão prática da bricolagem opera em cenários concretos para conectar teoria, técnica e conhecimento de mundo oriundos da experiência” (KINCHELOE, 2009, P.19). Compreender como ocorre o serviço do

² Conforme Kincheloe e Berry (2009) a palavra Bricoleur, de origem francesa, se refere a um “faz tudo” que lança mão das ferramentas que estão disponíveis para realizar uma tarefa.

profissional de apoio/monitor no contexto da rede privada de ensino do município de Santa Maria permite compreender que a realidade é construída a partir das redes conectivas que se tecem.

As políticas públicas e o profissional de apoio/monitor

A rede privada de ensino compõe a educação e, portanto, é regida pelas mesmas leis, sejam elas, federais, estaduais ou municipais. A presença do profissional de apoio/monitor é mencionada em diferentes documentos e a sua função vem sendo apresentada a partir do momento histórico vivido em cada época.

A partir da década de 90 a defesa de uma educação como direito de todos é marcada pelo surgimento de documentos legais e normativos. A presença do profissional de apoio/monitor já é mencionada na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96 ao considerar a necessidade de “serviços de apoio especializado na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela da educação especial” (BRASIL, 1996, p.19)

Na década seguinte, através da Resolução CNE/CEB 2/2001, o conselho Nacional de Educação institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e indica no artigo 8º, inciso IV, o serviço de apoio pedagógico especializado, mediante “disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação” (BRASIL, 2001, p. 02).

Em 2008, através da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o profissional de apoio passa a ser definido como “monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar” (BRASIL, 2008, p. 17).

A Resolução nº 4/2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, apresenta no art. 10, inciso VI, que a oferta do Atendimento Educacional Especializado deve ser prevista no projeto pedagógico das escolas regulares e prever na sua organização “outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção” (BRASIL, 2009, p. 2). Ainda no art.10 desta resolução, parágrafo único, refere-se que esses profissionais “atuam com os alunos público alvo da Educação Especial em todas as atividades escolares nas quais se fizerem necessários” (BRASIL, 2009, p. 3).

As funções deste profissional são indefinidas nos documentos políticos que norteiam a educação especial. Na tentativa de garantir as condições necessárias para o pleno acesso dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, outro documento entra em vigor no ano de 2010. A Nota Técnica SEESP/GAB nº 19/2010 apresenta os marcos legais, políticos e pedagógicos da educação especial e dispõe que:

Dentre os serviços da educação especial que os sistemas de ensino devem prover estão os profissionais de apoio, tais como aqueles necessários para a promoção da acessibilidade e para atendimento a necessidades específicas dos estudantes no âmbito da acessibilidade às comunicações e da atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção. (BRASIL, 2010, p. 01)

Salienta-se que este é o primeiro documento que institui o termo “profissional de apoio”. Nos documentos anteriores, várias foram as nomenclaturas atribuídas a esse profissional, tais como: profissionais da educação, apoio pedagógico especializado e apoio especializado. Na Nota Técnica também se reafirma o cuidado e a monitoria que estes profissionais devem dedicar aos alunos da Educação Especial como “auxílio individualizado aos alunos que não realizam as atividades de alimentação, higiene e locomoção com independência” (BRASIL, 2010, p.01).

Em 2012 foi aprovada a Lei nº 12.764 (Berenice Piana), que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. No art. 3º da Lei nº 12.764, parágrafo único, afirma-se que “em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado”, (BRASIL, 2012, p. 01). Este documento não deixa claro quem é esse acompanhante no que se refere a sua formação e função no contexto escolar.

No ano de 2013, tem-se a publicação da Nota técnica nº 24 (MEC/SECADI/DPEE) que orienta os sistemas de ensino para a implementação da Lei nº 12.764/12. Ao referir o artigo 3ª, parágrafo único da Lei quanto ao direito ao acompanhante para alunos com transtorno do espectro autista, menciona que:

O serviço do profissional de apoio, como uma medida a ser adotada pelos sistemas de ensino no contexto educacional deve ser disponibilizado sempre que identificada a necessidade individual do estudante, visando à acessibilidade às comunicações e à atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção. Dentre os

aspectos a serem observados na oferta desse serviço educacional, destaca-se que esse apoio:

Destina-se aos estudantes que não realizam as atividades de alimentação, higiene, comunicação ou locomoção com autonomia e independência, possibilitando seu desenvolvimento pessoal e social;

Justifica-se quando a necessidade específica do estudante não for atendida no contexto geral dos cuidados disponibilizados aos demais estudantes. (BRASIL, 2013, p. 4)

Esta mesma Nota Técnica (BRASIL, 2013) garante que o serviço de apoio deve estar previsto pelos sistemas de ensino, pois é direito do aluno a oportunidade de desenvolvimento pessoal e social e participação em todos os ambientes escolares.

O Decreto nº 8.368, de 02 de dezembro de 2014, também refere a Lei nº 12.764/12 e prevê no seu artigo 4º, parágrafo 2º, que:

Caso seja comprovada a necessidade de apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais, a instituição de ensino em que a pessoa com transtorno do espectro autista ou com outra deficiência estiver matriculada disponibilizará acompanhante especializado no contexto escolar, nos termos do parágrafo único do art. 3º da Lei no 12.764, de 2012. (BRASIL, 2013, p. 2).

Percebe-se que até a aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) o profissional de apoio/monitor possuía funções de cuidado e pedagógicas, porém essas características passam a se definir ao cuidado e monitoria a partir de 2008. Os documentos atuais voltados à Educação Especial privilegiam o Atendimento Educacional Especializado, e ao profissional de apoio não há exigência de formação pedagógica específica, o que os difere da professora da educação especial, que necessita de formação específica para atuar na educação especial.

No ano de 2015 um novo documento entra em vigor, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência LBI - Lei 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) que visa a inclusão social e cidadania às pessoas com deficiência. Em seu artigo 3º, para fins de aplicação da Lei, considera-se entre seus incisos, inciso XIII:

Profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015, p.1)

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência 13.146/15 reitera a função do profissional de apoio/monitor colocando que suas funções se dão no espaço escolar, no

entanto, não pode substituir as profissões legalmente estabelecidas, ou seja, o professor trata de uma função legal e, portanto, o profissional de apoio/monitor não deve ocupar a função de que é dada ao professor do ensino regular ou ao professor da educação especial.

Nestes distintos documentos, o profissional de apoio/monitor é pensado a partir das diretrizes que orientam e configuram as práticas de uma política educacional na perspectiva da inclusão escolar. É produto da teia que se configura a partir dos diferentes momentos históricos, políticos e educacionais.

Destaca-se o termo “acompanhante especializado” que vem sendo inserido nos documentos voltados para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no entanto, nenhum desses documentos apresenta aspectos concernentes à “especialização”, ou formação deste profissional. É importante ressaltar que muitos movimentos vêm sendo feitos por profissionais da área da saúde e da educação, bem como familiares de pessoa com TEA, na tentativa de garantir de um processo inclusivo de qualidade e entre essas garantias está envolvida a presença de um apoio especializado. A Nota Técnica nº 24/2013 e o Decreto nº 8.368/2014 definem funções que vão além do apoio à higiene, locomoção e alimentação, dão ênfase aos processos de interação social e comunicação, que é característico da pessoa com TEA. No entanto, a Lei nº 12.764/2012 não faz referência à atuação deste profissional, apenas garantindo a presença deste no contexto escolar, se assim for necessário.

Nas entrelinhas dos diversos documentos norteadores surgem outras possibilidades de trabalho de um mesmo profissional, mas retira-se o caráter pedagógico que foi instituído pela LDB 9.394/96 e modificou-se a partir da Resolução CNE/CEB nº 2/2001.

Pautada no princípio da inclusão e na participação plena do aluno público alvo da educação especial, as políticas de educação vêm orientando os sistemas de ensino a se adequar à presença destes alunos nas escolas. Conhecer a realidade de como vem se configurado o serviço do profissional de apoio/monitor no contexto escolar é de fundamental importância para compreender a multiplicidade de atuação, responsabilidades e demanda desse profissional que estamos vivenciando no contexto atual.

Uma aproximação com a rede privada de ensino

Após esta imersão nos documentos legais e norteadores direciona-se o olhar para a rede privada³ de ensino identificando as escolas desta rede e o número de alunos em situação de inclusão escolar que frequentam essas escolas⁴. Produz-se aqui um mapeamento da rede privada de ensino, que emergiu dos dados estatísticos-educacionais, a nível nacional. Através dos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, por meio de acesso aos bancos Data Escola Brasil e Microdados do Censo da Educação Básica (BRASIL, INEP, 2013) foi possível conhecer a realidade desta rede de ensino, pois o Data Escola Brasil nos permite observar o número de matrículas e outras informações amplas das diferentes redes de ensino. Já o Microdados nos permite rastrear cada aluno que compõe esta rede.

De acordo com o Data Escola Brasil, Santa Maria possui 52⁵ escolas privadas que abrangem a educação infantil, ensino fundamental de oito e nove anos, Ensino Médio e Ensino Técnico/Profissionalizante. Destas, 19 escolas que abrangem desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, possuem alunos em situação de inclusão escolar⁶. De acordo com os Microdados⁷, quatro escolas destacam-se no que se refere ao número de matrículas de alunos em situação de inclusão escolar.

A partir das informações obtidas através do banco de Dado do Censo Escolar (MEC/INEP, 2013), um primeiro contato foi feito com as coordenadoras e/ou professoras de Educação Especial das quatro escolas com o maior número de alunos em situação de inclusão escolar. Essa primeira aproximação deu-se através de uma carta de apresentação e coleta de informações que envolveram os seguintes aspectos: número total de alunos; número de alunos público alvo da educação especial; número de profissionais de apoio/monitoras; formação dos profissionais de apoio/monitores; forma de contratação dos mesmos. Estes quatro contextos escolares são marcados por singularidades, e se caracterizam por diferentes atuações do profissional de apoio/monitor.

³ A rede privada de ensino foi escolhida como contexto de pesquisa devido as poucas produções científicas encontradas neste campo.

⁴ A base do trabalho se dá pelas informações obtidas através do Banco de Dados do Censo de Educação Básica (MEC/INEP) de 2013. A identificação de quais escolas da rede privada de ensino possuem um maior número de alunos em situação de inclusão escolar se deu através do software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences).

⁵ Os dados foram obtidos a partir do Data Escola Brasil 2013 (Disponível em: <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/home.seam;jsessionid=AB2B33E07341AF8A554287D737AD8616>). Os filtros utilizados foram: Dependência Administrativa Privada; Situação de funcionamento em atividade; Modalidade Ensino Regular.

⁶ Neste momento os dados foram gerados focando essa etapa de ensino.

⁷ Essas informações, ao serem combinadas a partir do programa estatístico Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) permite que os dados sejam detalhados se comparados ao banco Data Escola Brasil.

A contratação e o pagamento deste profissional caracterizam-se por vínculos empregatícios com a instituição de ensino ou até mesmo com a família do aluno em situação de inclusão ou com divisão de custos entre escola e família. Acontece através de estágio remunerado, contratos informais ou formais (carteira assinada). A variação salarial fica entre R\$500,00 e R\$2.000,00. É importante ressaltar que a Nota Técnica SEESP/GAB nº 19/2010 e Lei nº 12.764 (Berenice Piana) preveem que cabe a escola oferecer a presença do profissional de apoio quando houver a demanda do mesmo, portanto entende-se que não cabe à família responsabilizar-se pela garantia desse profissional na escola.

Também há uma presença muito forte de profissionais de apoio/monitores vinculados ao campo da educação especial, havendo uma reconfiguração do próprio serviço da educação especial. Devido à falta de orientação dos documentos orientadores quanto à formação exigida para atuar como profissional de apoio/monitor e a divergência de pontos sobre quem é esse profissional, têm-se nesta rede desde pais das crianças que necessitam do apoio à higiene, alimentação e locomoção, até os profissionais com formação na área específica de educação especial atuando em mesmo contexto.

A realidade de um contexto escolar

Posterior a estes movimentos, um contexto escolar é escolhido como campo de pesquisa. Nesta escola seis profissionais de apoio/monitores atendem à onze alunos, entre os dezenove⁸ que frequentam a escola. Outro contato foi realizado com a escola, através de uma carta de apresentação, para verificar a possibilidade de se incluir estes 06 profissionais no estudo. Após a aprovação da direção, os seis profissionais de apoio foram convidados a participar da pesquisa, tendo aceitação de todos. Os profissionais de apoio/monitores participaram de uma entrevista semiestruturada que foi gravada, transcrita e analisada.

Entende-se que “as palavras produzem sentido, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação” (LARROSA, 2002, p. 21). Portanto, as palavras dão sentido ao que somos e ao que nos acontece, somos nossas próprias palavras,

⁸ Dados referentes ao ano de 2015, visto que o questionário foi respondido de acordo com as matrículas referentes a este ano escolar.

nossa própria linguagem. À medida que os sujeitos falam de suas experiências, torna-se possível encontrar elementos que ajudam na realização do presente estudo.

Cinco⁹ profissionais participaram da pesquisa. Todas são contratadas pela escola (carteira assinada) e consta em seus contratos a função de “Instrutor de Cursos Livres” e a maioria não sabe de seus direitos. Estas profissionais atuam 40 horas atendendo um aluno no período da manhã e outro no período da tarde. Apenas um profissional sabe do que se trata o profissional de apoio/monitor, anunciando que já teve acesso há alguns documentos. Os demais não sabem do que se trata este profissional e desconhecem os documentos legais que orientam à prática nesta função.

A tabela abaixo apresenta quem são estes profissionais na escola campo da pesquisa, bem como sua formação e tempo de atuação enquanto profissional de apoio/monitor.

Tabela 1 - Profissional de apoio/monitor. Formação. Tempo de atuação como profissional de apoio/monitor. Tempo de atuação na escola pesquisada – Ano 2016

Profissional de apoio/monitor	Formação	Tempo de atuação como Profissional de apoio/monitor	Tempo de atuação como Profissional de apoio/monitor na escola A
PA 1	Licenciatura Plena em Educação Especial	2 anos	2 anos
PA 2	Licenciatura Plena em Educação Especial	1 ano e 6 meses	1 ano e 6 meses
PA 3	Licenciatura Plena em Educação Especial – Especialização em Educação inclusiva	2 anos e 6 meses	2 anos e 6 meses
PA 4	Licenciatura Plena em Pedagogia e Especialização em Psicopedagogia Institucional	2 meses	2 meses
PA 5	Magistério	4 anos	2 anos

Fonte: Elaboração própria com base no resultado das entrevistas realizadas no ano de 2016.

⁹ Um dos profissionais de apoio/monitores não participou da pesquisa até o momento devido estar num período de licença.

Através da tabela acima é possível observar-se que os profissionais de apoio/monitores estão todos vinculados ao campo de conhecimento do desenvolvimento infantil, sendo a maioria destes vinculados ao campo específico ao da Educação Especial. Isso se torna desafiador, e merece discussão à formação inicial do professor da educação especial e as diferentes possibilidades de atuação que envolve esse profissional. O trabalho docente configura-se “como o trabalho executado pelo professor para dar conta do ensino” (MARIN, 2005, p. 37). Considerando-se que a maioria destes profissionais possui formação para atuar como professor há uma reconfiguração que aponta para um processo de precarização profissional e de desvio da função pedagógica considerando que a atividade docente implica na interação entre professor e aluno tendo como pressuposto alcançar objetivos educacionais.

É possível perceber que, na escola, a presença deste profissional articula-se de diferentes maneiras e traz consigo objetivos educacionais:

A gente recebe o planejamento... pronto né, já com a adaptação e a gente... enquanto a aula tá... tá acontecendo a gente vai adaptando as atividades que são do mesmo contexto da aula. Normalmente não tem nada a ver... da menina normalmente não tem nada a ver com a... não nada a ver né. Tem o mesmo contexto, mas não é a mesma atividade né, até porque ela não acompanha. Já o menino não tem nada adaptado. A adaptação é o diálogo constante durante a atividade. (PA1)

Os planejamentos é tudo com a professora da sala, daí ela me passa e eu faço os exercícios com ela (referindo-se a menina). (PA4)

O plano dele é a professora regente que faz, adaptado né, junta...de acordo com o da turma, né, no total da turma, ela faz o dele diferenciado. Quando ela tem dúvidas, ela solicita ajuda da C...da educadora especial, né e algumas sugestões minhas e a gente vai, vai adequando e tem dado certo. A aplicação das adaptações é minha. (PA5)

O planejamento das atividades pedagógicas fica a cargo da professora regente, mas a aplicação do mesmo é de responsabilidade de um profissional que está previsto na legislação como um apoio individual às necessidades básicas como higiene, alimentação e locomoção. Ao despreverem suas funções estes profissionais não fazem referência a esses cuidados, mas sim a questões eminentemente pedagógicas.

Observam-se nos relatos dos profissionais de apoio/monitores que são eles os responsáveis pela aplicação de um planejamento. Há uma modificação do conteúdo trabalhado em sala de aula e diferenciado dos demais como percebido na fala de PA2 “[...]as atividades são totalmente diferentes né, não tem como.” Percebe-se que o trabalho/adequações curriculares são feitos a partir das dificuldades da criança. Na fala de PA4 essa observação se repete: “A menina, aí ela já não lê e não escreve assim bem, como a

gente esperava. Mas ela... tem que ir mostrando as letrinhas no varal daí ela vai copiando. Ela faz a cópia só.”

Nesta ação de dizer o que a criança consegue ou não consegue fazer há a presença de um observador (professor regente e profissional de apoio/monitor) na construção da realidade e de possibilidades de atuação e intervenção com este aluno. A partir dos pressupostos do pensamento sistêmico “a realidade emerge para nós com base em nossas distinções” (VASCONCELLOS, 2014, p. 250), ou seja, não existe realidade objetiva independente do seu observador. Essa realidade é criada por quem a observa. A realidade que construímos ou fazemos emergir constantemente é compartilhada e acontece com base em nossas distinções. Para Maturana e Varela (2011, p. 47) distinções são:

O ato de designar qualquer ente, objeto, coisa ou unidade, está ligado à realização de um ato de distinção que separa o designado e o distingue de um fundo. Cada vez que fazemos referência a algo, implícita ou explicitamente, estamos especificando um critério de distinção que assinala aquilo de que falamos e especifica suas propriedades como ente, unidade ou objeto.

Para compreendermos a constituição da realidade é necessário reconhecer o ato de distinção na convivência humana. A unidade se define por este ato de distinção. Questiona-se que critérios definem a necessidade de um profissional de apoio/monitor para cada criança, visto que ao questionar se este profissional desenvolve ações específicas de apoio à higiene, locomoção e alimentação a maioria das respostas são negativas.

Não. Eles são independentes nesse aspecto... (PA 1)

Não. Ma...Com o M. Com o M. com a J poucas vezes eu preciso, daí, interferir na higiene. Ela ainda não vai lavar a mão, se não cuidar ela não puxa a descarga. (PA2)

Eu considero que sim né... porque com o D não tem como deixar ele sozinho pelo pátio, então eu acompanho ele no recreio, eu vou com ele no banheiro, mas eu espero pro lado de fora, só acompanho se ele lavou a mão, mas ele faz xixi sozinho, puxa a calça sozinho, mas eu fico o tempo todo observando ele. Com o ...I do 6º ano não. (PA3)

Sim. Só com ela, o menino vai sozinho. (PA4)

O H. está totalmente independente, ele...ele fala, tanto um quanto outro, quando ele quer, quando ele necessita, ele sa...claro, eu acompanho ele, faço a...a...a higiene nele, mas é...o ir, o pedir, ele sabe tudo, a descarga, a...lavar a mão...tudo isso ele já...ele já tem.

Com o M.H., também. Ele assim, ele aceita que...tu fica oferecendo né, e aí quando ele...entende ou junto a, o meu convite com a vontade dele, calha de muitas das vezes dar certo. Não é assim totalidade, e as vezes ele também não tá muito bem, ou ele toma uma medicação ou uma coisa que não...e aí acontece de...mas aí é eu que faço. Mas ele tem...tem si...ele aceita ir no ba...ou então assim, as vezes até ele me

pega pela mão e me leva no banheiro e aí eu sei, dependendo do posicionamento dele, se ele quer ou xixi ou cocô. (PA5)

Há a presença de uma subjetividade na definição de qual aluno será acompanhado por profissional de apoio/monitor. Compreende-se que tais critérios são produzidos por distintas redes conectivas tecidas na configuração consensual de critérios que definem e constituem uma realidade.

O conceito de autopoiese está vinculado à compreensão de que os seres vivos são unidades autônomas que se auto organizam e produzem a si mesmos. Esse conceito tem origem na compreensão biológica dos seres vivos. “Os seres vivos se caracterizam por – literalmente – produzirem de modo contínuo a si próprios, o que indicamos quando chamamos a organização que os define de **organização autopoietica**.” (MATURANA E VARELLA, 2011, p.52 – grifo do autor). Portanto, a autopoiese implica na construção do sujeito.

Para uma melhor compreensão da organização autopoietica, é necessário fazer uma referência aos conceitos de organização e estrutura. Maturana e Varella (2005) apontam a organização do sistema como a permissão de reconhecer o organismo como pertencente a um grupo. Caso o organismo modifique sua organização, ele deixa de fazer parte deste grupo. Os organismos são iguais em sua organização, mas se diferem quanto a sua estrutura.

Por estrutura entende-se como algo que se modifica visando a auto-organização frente às perturbações causadas pelo ambiente. Assim, os seres vivos vão atingindo níveis mais complexos de funcionamento e conseqüentemente vão se autoproduzindo. Pellanda (2009, p.109) discorre que “a estrutura muda o tempo todo de acordo com o acoplamento estrutural, enquanto a organização permanece fixa”.

Maturana e Varela (2005) nomeiam o acoplamento estrutural como a correspondência estrutural entre sistema e meio que se mantém enquanto o sistema conserva a sua organização. É a condição necessária para a sobrevivência do organismo em adaptação ao meio. Assim, a realidade construída neste espaço define os critérios de distinção ao apontar qual aluno necessita ou não do serviço do profissional de apoio/monitor a depender da organização de cada sujeito.

Como visto anteriormente, muitos são os documentos que afirmam a necessidade de presença de um profissional de apoio/monitor para desenvolver funções de apoio individual às necessidades de auxílio à higiene, locomoção e alimentação aos alunos público-alvo da educação especial. Ao serem questionados sobre o conhecimento que possuem sobre estes

documentos a maioria dos cinco profissionais afirma conhecer pouco, mas todos concordam que sua prática está para além destas funções específicas, envolvendo uma dimensão pedagógica devido à necessidade de acompanhar o aluno no decorrer das atividades propostas em sala de aula. Mesmo com este reconhecimento, afirmam que os alunos com os quais atuam necessitam desse apoio individual.

Pelo que eu observo deles, precisa. A menina mais... mais porque ela não consegue ainda...se tu não tiver ali em cima, mostrando pra ela, tu tem que fazer isso agora, ela não faz, ela fica parada esperando e não faz. Ele até tem, ele sabe que tem que trocar o caderno, tem que pegar tal coisa, mas se tu não tiver ali, motivando, ele também não vai”. (PA4)

Se a escola considerar a necessidade de apoio à higiene, alimentação e locomoção, poucos serão os alunos que têm esta necessidade, o que é anunciado pelos próprios profissionais da escola. No entanto estes profissionais assumem responsabilidades pedagógicas abarcando um grande número de alunos que “necessitam” deste apoio.

Considerações finais

Este trabalho se propôs a uma produção analítica inicial sobre a presença do profissional de apoio/monitor no contexto da rede privada de ensino.

A questão investigativa da pesquisa trouxe como pergunta inicial **Como se caracteriza a atuação do profissional de apoio/monitor em uma escola da rede particular de ensino no município de Santa Maria?** A opção metodológica pela bricolagem permitiu movimentos investigativos distintos e possibilitou o uso de diferentes recursos como pesquisa em documentos legais, questionários, entrevistas semiestruturadas.

Uma escola foi escolhida como contexto investigativo, e cinco dos seis profissionais de apoio/monitores participaram da pesquisa, elucidando características e compreensões de uma escola, bem como interpretação do que já está posto como uma realidade para a inclusão escolar – a legislação referente ao profissional de apoio/monitor.

Aspectos como planejamento, ação docente e compreensão sobre sua função no contexto escolar foram abordados com os sujeitos da pesquisa. Percebe-se que o que está previsto legalmente como função do profissional de apoio/monitor não é critério para contratação do mesmo. Os critérios adotados assentam-se no reconhecimento, pela escola, de

que o aluno não acompanha em nível pedagógico e de aprendizagem a turma ao qual está inserido.

Problematiza-se a formação destes profissionais, principalmente pela falta de diretrizes nos documentos legais. No contexto investigativo em questão, destaca-se que, em sua maioria, estes profissionais estão vinculados ao campo da educação especial, indicando o risco de um deslocamento da ação do professor da educação especial podendo este, ter sua função reduzida, principalmente no que tange a dimensão pedagógica. O que está previsto nos documentos legais e norteadores da educação especial se torna passível de diferentes interpretações que envolvem distintas possibilidades de atuação do profissional de apoio/monitor.

Referências

BRASIL. CNE. CEB. Resolução N° 2, de 11 de setembro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.

_____. LEI N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 2012.

_____. MEC. INEP. LDB 9394/96, que estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____. MEC/CNE. Resolução N° 4, que Institui diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

_____. MEC/SECADI/DPEE. Nota Técnica N° 24/2013, de 21 de março de 2013, que orienta os sistemas de ensino para a implementação da Lei n° 12.764/ 2012. Brasília, 2013.

_____. MEC/SEESP. 07 de janeiro de 2008. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2009.

_____. SEESP/ GAB. Nota Técnica n° 19, de 08 de setembro de 2010 destinado aos profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede públicas de ensino. Brasília, 2010.

_____. DECRETO N° 8.368, de 2 de dezembro de 2014, que regulamenta a Lei n° 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2014.

_____. LEI Nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

KINCHELOE, J. L.; BERRY, K. S. Pesquisa em Educação: conceituando a bricolagem. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência. Revista brasileira de Educação. V. 19. Rio de Janeiro, jan./abr. 2002.

MARIN, Alda Junqueira. O trabalho docente: núcleo de perspectiva globalizadora de estudos sobre ensino. In: MARIN, Alda Junqueira (Coord.). Didática e trabalho docente. 2. ed. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2005. p. 30-65

MATURANA, Humberto. Emoções e linguagem na educação e na política. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

MATURANA, Humberto; VARELLA, Francisco J. A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana. 9ª edição. São Paulo: Palas Athena, 2011.

PELLANDA, Nilze Maria Campos. Maturana e a Educação. Coleção pensadores & educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

VASCONCELLOS, Maria J. E. de. Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência. 10ª ed. Rev. e atual. – Campinas, SP: Papirus, 2013.